

PROCESSOS EDUCATIVOS NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO BÁSICO ZARUP WEJ ANEXO I: UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO¹

Agnaldo Zawandu Zoró²
gujambazoro@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra Josélia Gomes Neves
joselia.gomes@pq.cnpq.br

Resumo: O objetivo principal deste estudo foi “Descrever e analisar a proposta curricular da Escola Estadual de Ensino Básico Zarup Wej Anexo I no intuito de verificar se ela atende ou não as demandas da comunidade indígena a partir das reflexões de três sabedores indígenas”. Foi desenvolvido junto ao Povo Indígena Zoró – Pangyjej, habitante da Terra Indígena Zoró, no município de Rondolândia/MT no período de junho de 2013 a junho de 2015. A metodologia adotada se aproxima da história Oral (FGV/CEDOC, 2015) a partir do uso de entrevistas gravadas dos colaboradores do estudo (tres sabedores Zoró) e também com a análise documental. As contribuições teóricas foram de Silva (2011), Nascimento (2010), Neves (2013), dentre outros, além da legislação brasileira. O estudo desenvolvido evidencia que o Currículo previsto no Projeto Político Pedagógico - PPP acontece de forma parcial, ou seja, há questões que são trabalhadas e há outras que não são. No entanto, é possível afirmar que elementos importantes como Interculturalidade, Cultura, Gênero e Autonomia expressos nas falas dos colaboradores da pesquisa correspondem ao que está escrito no PPP e no Currículo, se manifestando também como prática no cotidiano pedagógico.

Wekyp tigi: A we kaj wande gusep tingi mene angá” Pama kubé pana Zarup wej ka mene pana pangaja, ana te we sena nia mene kaj we angená, te wesa panderej sande apygej makube kala mene mi terea mene kaja, am budea? Pangyjej ta we mã awe mangá, takala ká, Rondolândia mene sande pa, a tyng na man ka Mato Grosso ká, enekuj wemã 2015 mi abril kati mi awe mangá. Pambere wepea pajali te jina zarej makubalia mene peturu tere we sena mene kaja, te Pangyjej angue peturu tere we sena? Atigi tepá wesut ikinia mene kaj we angenã. Ebu wemã ana te panzena pangu sep tingi jalaj pare kaj kiná mene peturu amangá, pangu palé mi wemã awe mangá (FG/CEDOC, 2015) panderej jande akue piri anã te we sena wande we ma ã api mene ka tajande bere piri mene peturua. Ena te mã ma ej jande apare tingi pambere mi mãj na mene ikini uma kuba ena te wesena zarej ma kubé kaja mene tigi ungaja.

Ã umalu napuna te engaj kia lia, ana mene ka tenza aja um ungaja u engaja? Eweka umalu ana epi te, ena en ungaj kia engaj aná li, jalaj igi ewulu umbia kanzet buzena engaj pua, ana mene ka tenza aja um ungaja bã engaja, aja be ungaja pakaj, awã wendi ena gupala ta ena engaja³. Paiô Zawyt Zoró

¹ Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado a Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR – Campus de Ji-Paraná-RO, Departamento de Educação Intercultural – DEINTER, Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Josélia Gomes Neves como requisito para o término do referido curso.

² Estudante do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, UNIR – Campus de Ji-Paraná.

³ “Estou aqui mais uma vez para tratar daquele mesmo assunto. Porque você [Governo] não atende as minhas reivindicações? Por isso estou aqui de novo, para que o senhor tome as providencias de tirar os brancos que invadiram a minha terra. Quero que o senhor tome providencias agora, não estou brincando com o senhor”. Paiô Zawyt Zoró (1987). Disponível em: <http://www.programaediindio.org/index.php?s=pi&n=programa&pid=166> Acesso: 20/04/2015.

Dedicatória: A Deus/Gurá, que sobre todas as coisas me fez capaz, me deu a inteligência e força para que eu não desistisse nunca dos meus sonhos. À memória de Paiô Zawyt Zoró por sua luta e legado a favor de nosso Povo. À minha família, esposa, meu filho que tiveram a paciência de me esperar na cidade por muitos dias e também meu pai, minha mãe e meus irmãos e irmãs.

Introdução

O estudo ora apresentado foi desenvolvido junto ao Povo Indígena Zoró – Pangyjej, habitante da Terra Indígena Zoró, no município de Rondolândia/MT no período de junho de 2013 a junho de 2015. A questão central, orientadora desta pesquisa, foi: a proposta curricular da Escola Estadual de Ensino Básico Zarup Wej Anexo I atende as demandas da comunidade indígena? O Currículo pode ser caracterizado como um instrumento intercultural? Estas perguntas mobilizaram o estudo proposto: “Descrever e analisar a proposta curricular da Escola Estadual de Ensino Básico Zarup Wej Anexo I no intuito de verificar se ela atende ou não as demandas da comunidade indígena a partir da perspectiva de tres sabedores indígenas”. A escolha do tema em tela fundamentou-se na observação empírica do possível não entendimento dos representantes indígenas na época da elaboração da proposta curricular atual existente na Escola Zarup Wej Anexo I.

Partiu também de uma curiosidade, que surgiu e foi ganhando consistência nos processos de formação, do Projeto Haiyô⁴ (magistério) até o Curso Intercultural (graduação) a de estudar melhor a proposta implantada em nossa comunidade, de entender a relação entre o Currículo Intercultural e a Educação Intercultural, de observar as aproximações e distanciamentos no que diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 1996 e pelo fato de que este tema ainda não havia sido estudado por nenhum Zoró.

As lideranças envolvidas na elaboração do currículo da Escola Estadual de Ensino Básico Zarup Wej Anexo I foram: Manoel Tuatxut, Benamor Dabyt e Luana Niganzyp Zoró, principais protagonistas na elaboração do currículo desta escola. Assim esse trabalho pretendeu contribuir com uma reflexão sobre o currículo intercultural Zoró no sentido de evidenciar a importância de uma escola intercultural uma vez que a aparentemente minoria da população valoriza mais a escola não indígena, os mesmos não percebem que a escola do não índio não valoriza a cultura indígena e não tem a ver com a realidade do povo.

O trabalho está organizado a partir dos seguintes tópicos, na primeira parte, tratamos de apresentar um breve histórico do Povo Zoró; no tópico II, minha caminhada autobiográfica referente à formação e a profissionalização. O tópico III discute os aspectos teóricos do Currículo, destacando as experiências do Currículo Intercultural no âmbito da educação escolar indígena junto aos povos Guarani-Aracruz-ES e Guarani/Kaiowá.

Na última parte, trabalhamos a descrição e a análise da proposta curricular da Escola Estadual de Ensino Básico Zarup Wej Anexo I, refletindo se ela atende ou não as demandas

Agradecimentos: Às lideranças do Povo Zoró, a minha orientadora, Prof^a Dra Josélia Gomes Neves, aos membros da banca: Prof^a Dra Carmen Junqueira e Prof. Ms. Cristovão Teixeira Abrantes e o Departamento de Educação Intercultural.

⁴ Saudação indígena Nambiquara, significa “tudo de bom”. Nome do Projeto de Habilitação Indígena. Curso Formação de Professores Indígenas para o Magistério Intercultural (normal em nível médio), com carga horária de 3.420 horas oferecido pela Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso.

da comunidade indígena Zoró a partir das três narrativas coletadas e por fim, apresentamos as Considerações finais do trabalho.

I – Breve historiografia do Povo Zoró.

Desde criança ouvia do Cacique Zawyt mais conhecido como Paiô, meu avô que o território tradicional Zoró localizava-se na atual Fazenda Castanhal. Ele foi um cacique muito respeitado, pois antigamente este cargo era atribuído a alguém que reunia várias qualidades como: articulador da comunidade, caçador e pajé. De acordo com meu pai, Benamor Dabyt Zoró em várias situações foi graças à pajelança realizada por meu avô Paiô que reivindicações junto aos não indígenas foram atendidas, reconhecimento que permitiu, por exemplo, o casamento com três mulheres.



Imagem 1 - Cacique Paiô Zawyt Zoró. Crédito: Marcio Silva. (1986)⁵

O contato com não indígena aconteceu por volta de 1970 na própria localização da Fazenda Castanhal. Em consequência disso o Povo Zoró sofreu com vários tipos de doenças desconhecidas até então, o que levou a uma grande redução populacional. Logo após do contato a Terra foi demarcada em 20 de novembro de 1984 totalizando uma superfície de 355.789,5492 hectares, homologada em 30 de junho de 1987 no município de Rondolândia/MT.

⁵ ZORO. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <http://img.socioambiental.org/v/publico/zoro/> Acesso: 1º/05/2015.

A comunidade Zoró atualmente possui aproximadamente 770 (setecentas e setenta) pessoas, cerca de 147 (cento e quarenta e sete) famílias, distribuídas em 24 (vinte e quatro) aldeias com distância umas das outras de até 100 (cem) quilômetros⁶. Falamos a língua indígena Panyjeje do tronco do Tupi-Mondé. Há várias escolas nas aldeias que atendem o ensino fundamental - anos iniciais e há duas escolas específicas que oferece atendimento nos anos finais do ensino fundamental e médio. O ensino é ministrado por docentes indígenas e não indígenas.

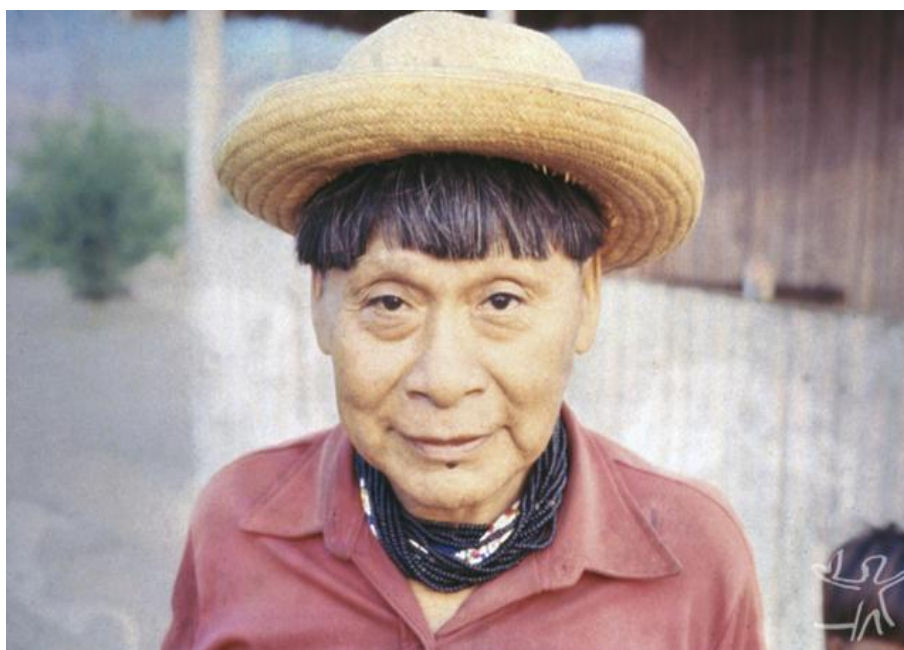


Imagem 2 - Pajé Paiô Zawyt Zoró. Crédito: Lars Lovold (1981)⁷

Do ponto de vista econômico a sociedade indígena Zoró tem desenvolvido projetos de coleta de castanha, extração de óleo de copaíba, borracha, artesanato, dentre outros, através da Associação do Povo Indígena Zoró – (APIZ). Há um quantitativo razoável de pessoas que trabalham como funcionários públicos, na área da saúde e educação.

Conforme os dados do Censo de 2010⁸, cerca de 223 pessoas não tem rendimento na T. I. Zoró. Este fato tem acarretado alguns conflitos, pois algumas famílias nesta condição acabam praticando a venda ilegal da madeira. No que diz respeito à saúde nossas observações no cotidiano apontam que há muito problema de diabetes, resultado talvez de um descontrole

⁶ Dados informados pela Associação do Povo Indígena Zoró (2015). De acordo com os dados do Censo Demográfico a população Zoró é composta de 610 pessoas (IBGE, 2010).

⁷ ZORO. **Povos Indígenas do Brasil**. Disponível em: <http://img.socioambiental.org/v/publico/zoro/> Acesso: 1º/05/2015.

⁸ Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/> Acesso: 1º/05/2015.

alimentar. Há alguns postos que desenvolvem atividades básicas, tais como tratamento de gripes.

A alfabetização acontece na língua indígena. Em função da atual influência das igrejas protestantes há uma orientação e incentivo para que os jovens casem cedo como forma de controle, para evitar que tenham relacionamentos múltiplos. Observo que o casamento é um fator que provoca o afastamento da escola, tanto em relação aos meninos como as meninas. Outro fator que causa a evasão escolar é a maternidade, com o casamento vem os filhos e as atividades ligadas a isso não permitem a frequência nas aulas.

Assim, na atualidade temos problemas, mas temos ido atrás das soluções, de forma coletiva. Por meio da APIZ temos conseguido vários projetos sustentáveis, dentre os quais cito o do (MDA), uma ação que valoriza a alimentação tradicional, pois por meio deste financiamento, a Associação compra da comunidade alimentos produzidos na T. I. que são oferecidos na merenda escolar.

Como professor, todos nós assumimos muitas tarefas, principalmente como mediadores culturais, ajudando a comunidade a articular o espaço indígena com o não indígena, pois representamos o grupo com maior escolarização nas aldeias. Assim é nosso papel servir no que for preciso, devolvendo a confiança que tiveram em cada um de nós no investimento de nossos estudos.

II – Caminhada autobiográfica: formação e profissionalização de Agnaldo Zawandu Zoró...

Quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, percebe-se que reconstrói a trajetória percorrida dando-lhe novos significados. Assim, a narrativa não é a verdade literal dos fatos, mas, antes, é a representação que deles faz o sujeito e, dessa forma, pode ser transformadora da própria realidade. (CUNHA, 1997, p. 2).

Meu nome como já mencionado no trabalho é Agnaldo Zawandu Zoró. Sou filho de Benamor Dabyt Zoró e Marina Zat Kāj Zoró. Meu nome em português foi dado pelo meu irmão Francisco Embusã Zoró, inspirado no nome de seu colega do Projeto Açaí, o Agnaldo Macurap. Já meu nome indígena, Zawandu foi sugestão de meu avô Paiô que significa “Prédio” ou “Casa Alta”, edificações que ele viu em Brasília quando estava participando do movimento indígena.

Tenho três irmãos e duas irmãs. Minha infância foi muito tranquila, pois foi toda vivida na Terra Indígena Zoró, nesta época já se encontrava demarcada. Gostava muito das

brincadeiras tradicionais das crianças como, por exemplo, de subir em pequenas árvores (cerca de três metros) quando tinha por volta de 6 (seis) anos de idade e esperar outro colega cortá-la, atividade que me deixava às vezes muito machucado. Uma vez cheguei a deslocar o ombro por causa destas brincadeiras, mas eram muito divertidas.



Imagem 2 – Agnaldo Zawandu Zoró –Crédito; João Carlos Gomes (2013)

Os banhos de cachoeira eram comuns também neste tempo, hora de acabar com o calor, de mergulhar, de brincar debaixo d'água, nadando o tempo todo. Mas em algumas situações a curiosidade era grande, uma vez mexendo nos objetos de meu pai - precisava fazer um avião de brinquedo – nesta atividade acabei quebrando a faca de meu pai. Minha mãe me avisou que meu pai iria bater em mim, pois esta era a última faca que ele tinha. Com medo de apanhar fiquei no mato o dia todo. Depois minha mãe foi me buscar, o perigo havia passado.

Um dos grandes medos que eu tinha era do Gerebaj, espírito mal invisível, que aparece como em um sonho, como se estivéssemos em outro lugar onde os bichos falam. Uma vez estava em uma tocaia, era talvez umas 6 (seis) da manhã esperando passarinho, quando ouvi muito barulho como se estivesse acontecendo uma matança na aldeia, as pessoas gritavam muito ... Tive a forte impressão que alguém me aconselhava a fugir, talvez o Gerebaj. Isso fez com que eu corresse para a mata assustado, tive a sensação de estar em outro lugar com animais que falavam como a cutia e o jacamim e que me protegiam daquela situação. Depois percebi que estava na roça de alguém, meu tio apareceu por volta de 4 (quatro) horas e isso fez com que eu fugisse novamente pois estava fora há muito tempo. Minha mãe falou que

depois fui encontrado adormecido nas proximidades de uma estrada. Meu avô Paiô fez vários rituais para expulsar este espírito mal, ele encontrou no meu bolso um cigarro deste espírito, o que confirmou que fui vítima dele. Nunca mais meus pais deixaram eu brincar sozinho no mato, longe da aldeia.

Estudei da 1ª até a antiga 4ª série na escola da Aldeia Central Bubyrej. Minha professora de alfabetização era a esposa de um motorista não indígena, era chamada de Nêga. A escola funcionava na Casa da FUNAI. Depois a Virginia do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, ela ministrou aula na 3ª série, depois vieram outros professores, dentre os quais, meu irmão Embusã na época auxiliar em sala de aula com quem estudei também.

Quando concluí a 4ª série, tinha 11 (onze) anos, a FUNAI através da Lígia Neiva me matriculou na Escola Família Agrícola Itapirema de Ji-Paraná. Fiquei um ano ali. Falava muito pouco à língua portuguesa. Mas mesmo assim considero que a experiência foi boa, a convivência com os colegas bem interessante, só que por ser muito novo, sentia muita falta da minha família. Esse modelo da EFA Itapirema da metodologia da alternância mais tarde inspirou o modelo da escola Zoró. Fiquei um ano sem estudar, só retornei quando a nossa escola estava pronta, momento em que estudei até concluir o ensino médio com docentes não indígenas.

Fiz o ensino médio, a formação geral junto com a formação profissional no Projeto Haiyô, durou cinco anos, de 2005 a 2010. O curso tinha como objetivo habilitar professores e professoras indígenas para o magistério em nível médio. Foi financiado pela Secretaria de Educação do estado do mato Grosso e acontecia através de etapas de aulas. Essa experiência foi importante porque tinha mais aproximações com a realidade indígena, diferente do que vivenciei na EFA Itapirema.

Ali tive contato pela primeira vez com a ideia da escola diferenciada. Tempo em que construí uma relação de identificação com a atividade de dar aula, de ser professor. Antes eu queria fazer administração de empresas só que não foi possível, pois teria que me mudar para a cidade e meus pais não queriam que eu me afastasse mais deles. Por causa disso veio o casamento muito incentivado pelos meus pais. Tinha 19 (dezenove) anos e minha esposa, Marilene Tapip Zoró que tinha 16 (dezesesseis) anos. Era uma forma de ficar mais na aldeia. Temos um filho, o João Vítor Gujamba Zoró que tem 5 (cinco) anos e já está na escola.

Em 2009, fiz o vestibular para ingressar na UNIR no Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural. Iniciei meus estudos no Campus de Ji-Paraná, no início do ano de 2010. O sentimento era de uma nova caminhada na etapa de estudos, estava na Universidade. Achava que ia ser muito difícil. Com as primeiras aulas, observei que as

disciplinas falavam das culturas indígenas e não de saberes distantes dos povos indígenas, então isso facilitou minha compreensão. A teoria estudada, as leituras, autores, foram difíceis para entender, muitas palavras técnicas que não conhecia. A leitura no primeiro momento parece algo difícil, com a explicação do professor ela fica mais fácil de compreender.

Estar na Universidade ajudou a entender que a cultura indígena não estava sumindo. No momento atual aprendi que a ideia não é resgatar práticas culturais “perdidas”, mas revitalizar, fortalecer aquilo que fazemos. Não podemos ser o que éramos há 50 (cinquenta) anos atrás, por exemplo, vivíamos de guerrear, essa prática não tem como ser resgatada. Assim a teoria sobre a Hibridização das Culturas foi importante para entender os povos indígenas e o nosso povo em particular hoje.

Como estudante do Intercultural, participei na condição de bolsista do PIBID Diversidade. Foi possível adquirir materiais com o recurso da bolsa, pude comprar alguns livros, computador e ampliar minha leitura sobre temas relacionados ao Currículo, o conhecimento sobre fichamento de citação direta e como trabalhar a escrita acadêmica.

Entreí em sala de aula pela primeira vez quando tinha dezoito anos. Durante um ano trabalhei com turma multisseriada de 1ª a 4ª série, cerca de 7 (sete) ou 8 (oito) estudantes. A idade das crianças era de 7 (sete) a 11 (onze) anos. Penso que como era uma experiência nova tive algumas dificuldades, como por exemplo, planejar as aulas. Depois, percebi que as crianças estavam aprendendo. Ensinava através da utilização das duas línguas, embora elas falassem apenas a língua indígena, mas entendiam o português.

Em 2006, fui atuar na Associação do Povo Indígena Zoró – APIZ, como secretário. Desenvolvia atividades de organização de reuniões, ajudava na elaboração de atas, participava de encontros, etc. Após 3 (três) anos, a comunidade me indicou para assumir o cargo de vice presidente e depois o cargo de presidente em 2013.

No meio do ano de 2013, entreguei o cargo como presidente da APIZ e retornei a sala de aula da escola Zawã Karej Panyjeje. Desde então tenho atuado como professor. Neste ano atuo com turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental com as disciplinas de Língua Materna, Artes e Religião, mitos e ritos. Na parte de Língua Materna trabalho com formação na língua indígena, elaboração de dicionários bilíngues, traduções de conteúdos de outras disciplinas, dentre outros. Em Artes tenho procurado discutir a produção tradicional do povo Zoró, as diferentes técnicas de confecção de diferentes objetos, como: cocar, flecha, colar, etc, tanto no aspecto teórico como no prático. Já no componente curricular de Religião, trabalho com o apoio do orientador da cultura, os mitos – dia/noite, ritual do Zaga Puj, elaboração de textos, cantos, danças, a relação do Povo Zoró com a terra.

Temos muitas dificuldades no trabalho de sala de aula porque ainda não temos materiais didáticos específicos da cultura Zoró ou interculturais. Pretendo organizar propostas nestas áreas do currículo a partir da seleção do próprio material das atividades realizadas pelos estudantes, inicialmente de forma artesanal e após várias avaliações, definir o texto final a ser impresso em gráfica.

Portanto, este um pouco do registro da minha caminhada de estudos e de profissão. Penso que o professor por trabalhar com o conhecimento ele deve sempre estar conhecendo coisas. Assim não pretendo ficar só com a graduação, caso tenha oportunidade quero continuar estudando, um mestrado talvez na área de educação intercultural. Um indígena não estuda só para ele, mas estuda para contribuir cada vez mais com o povo por isso quero continuar estudando em busca de autonomia e independência.

III – Discutindo o Currículo...

O currículo está no centro do empreendimento educativo, é o meio pelo qual o ensino se cumpre. (GOMES;VIEIRA, 2009, p. 8).

Art. 15 O currículo das escolas indígenas, ligado às concepções e práticas que definem o papel sociocultural da escola, diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços da escola, de suas atividades pedagógicas, das relações sociais tecidas no cotidiano escolar, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades. (BRASIL/RES. 5, 2012).

O tema Currículo é um dos importantes elementos da discussão educacional, ele é importante porque revela a identidade de uma escola, os anseios da comunidade, dá a direção de uma escola de tipos de alunos que pretendemos formar. Desde 2013 estou aprofundando estudos sobre o Currículo seja porque considero que sua ação em uma escola, desde que seja construído pela comunidade, é fundamental para a educação e também porque penso que os indígenas devem conhecer bastante este assunto para poder trabalhar em suas aldeias considerando de forma coletiva os interesses do grupo.

Para alguns, não dá pra falar de Currículo separado da educação escolar e também ele é sempre algo inacabado e que está sempre mudando. Inicialmente quando surgiu, tratava-se de “[...] um plano de estudos, ou um programa, muito estruturado e organizado na base de objectivos, conteúdos e actividades e de acordo com a natureza das disciplinas”. (PACHECO, 1996, p. 16), uma visão muito resumida e que é muito forte na ideia de muitos

professores. Para Silva (2011), o termo Currículo originalmente surgiu no latim, *curriculum*, que significava «pista de corrida» porque ele tem a ver com uma carreira de aprendizagem onde cada vez mais modificamos e somos modificados por aquilo que ensinamos e aprendemos.

A concepção de Currículo que melhor se aproxima dos nossos objetivos e, portanto da questão intercultural, é aquela proposta por Tomás Tadeu da Silva: “[...] O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, *currículum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2011, p. 150). Nesta perspectiva, ao longo de seu desenvolvimento o Currículo sofre alterações, não é estático, parado, neste constante movimento possibilita a construção de identidades, daí se localiza nosso interesse de investigar a proposta curricular da escola Zoró: será que ela está contribuindo para a criação de identidades que a comunidade espera? E que identidades são estas?

As leituras que fizemos permitem entender que o Currículo do ponto de vista da legislação para as realidades indígenas está previsto na Constituição Federal de 1988 quando este documento reconhece o direito à diferença cultural, ao assegurar: “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996, que estabelece no artigo 79, que cabe a União: “III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;” e, recentemente atualizado pelo Parecer 13/ 2012 e Resolução 5 que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, orienta que:

As escolas indígenas, dentro de sua autonomia, devem adequar os currículos [...] aos tempos e aos espaços da comunidade, atentando para os diversos tempos e modos de aprendizagem de cada estudante indígena. Nesse sentido, os currículos e programas escolares devem ser flexíveis, adequados ao desenvolvimento e à aprendizagem dos estudantes indígenas nas dimensões biopsicossociais, culturais, cosmológicas, afetivas, cognitivas, linguísticas, dentre outras. Corroborando com este objetivo, cabem aos professores indígenas [...] a construção e utilização de métodos, estratégias e recursos de ensino que melhor atendam às características e necessidades cognitivas e culturais dos estudantes de sua comunidade. (BRASIL, 2012, p. 15)

Assim, mais uma vez a legislação reafirma a necessidade de se pensar um Currículo que se aproxime das diferentes realidades e anseios dos povos indígenas e que dialogue com os conhecimentos não indígenas considerados importantes, tendo como foco as aprendizagens dos estudantes. De acordo com o Parecer 13/2012, Currículo é o “[...] conjunto de valores e práticas que

proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes. [...]”. (BRASIL, 2012, p. 24), neste sentido não se trata apenas de uma seleção de conteúdos para se ensinar e aprender, mas sim de múltiplas atividades, rituais conforme os interesses anunciados no Projeto Político Pedagógico, além de que:

[...]. Para sua construção há que se considerar ainda as condições de escolarização dos estudantes indígenas em cada etapa e modalidade de ensino; as condições de trabalho do professor; os espaços e tempos da escola e de outras instituições educativas da comunidade e fora dela, tais como museus, memoriais da cultura, casas de cultura, centros culturais, centros ou casas de línguas, laboratórios de ciências, informática. Na organização curricular das escolas indígenas, devem ser observados os critérios:

a) de reconhecimento das especificidades das escolas indígenas quanto aos seus aspectos comunitários, bilíngues e multilíngues, de interculturalidade e diferenciação;

b) de flexibilidade na organização dos tempos e espaços curriculares, tanto no que se refere à base nacional comum, quanto à parte diversificada, de modo a garantir a inclusão dos saberes e procedimentos culturais produzidos pelas comunidades indígenas, tais como línguas indígenas, crenças, memórias, saberes ligados à identidade étnica, às suas organizações sociais, às relações humanas, às manifestações artísticas, às práticas desportivas;

c) de duração mínima anual de duzentos dias letivos, perfazendo, no mínimo, oitocentas horas, respeitando-se a flexibilidade do calendário das escolas indígenas que poderá ser organizado independente do ano civil, de acordo com as atividades produtivas e socioculturais das comunidades indígenas; BRASIL, 2012, p. 45).

Significa afirmar que o Parecer 13 de 2012 entende o Currículo está relacionado a múltiplos fatores: processo de escolarização dos estudantes indígenas, as condições de trabalho docente, os espaços e tempos da escola, as demais instituições educativas da comunidade, mecanismos que permitem sua ampliação e reafirmam sua Interculturalidade, pois neste trabalho compreendemos o Currículo Intercultural como:

[...] uma narrativa plural, que numa visão crítica, propositiva e inclusiva explicita preocupações com a diferença e problematiza o jogo da diversidade. Um mecanismo político e formativo que reconhece que a subalternidade a que foi submetida as identidades étnicas e raciais está diretamente relacionada às relações de poder imposta pela mentalidade que constituiu a modernidade.(NEVES, 2013, p. 3)

Para melhor compreender como outros povos indígenas estão discutindo o Currículo Intercultural, ampliar meus conhecimentos sobre o assunto e também com o objetivo de perceber aproximações e distanciamentos com o Povo Zoró, realizei leituras sobre a educação escolar Guarani-Aracruz-ES e a educação indígena Guarani/Kaiowá-MS.

3.1 - Experiência da educação escolar indígena e Currículo Intercultural junto aos Guarani-Aracruz-ES e Guarani/Kaiowá

De acordo com o texto de Marcilino, (2010), a partir da formação dos professores indígenas Guarani-Aracruz, no estado do Espírito Santo, surgiu com a implantação de ensino bilíngue, depois veio à necessidade de construir e reformar as escolas e também a busca de produção de material didático específico e mais formação para novos professores indígenas. A formação de 7 (sete) professores possibilitou a exclusividade de docentes indígenas Guarani em todas as turmas e fez com que eles pudessem ampliar o currículo junto aos parceiros formadores, com os pais, professores e alunos para elaborar uma proposta pedagógica.

A proposta pedagógica do povo Guarani o principal alvo de ensino escolar são as crianças e jovens, pois eles são a esperança de levar a diante a autoafirmação da identidade do seu povo com a ajuda dos mais velhos que são as fontes de sabedoria para tornar a realidade de educação diferenciada. O objetivo da proposta foi a revitalização da cultura, preservação e divulgação da cultura Guarani, dialogar com outras culturas, fortalecer a organização do povo e as relações com outros grupos indígenas.

A metodologia dos professores é trabalhar a partir da realidade do seu povo, pesquisar os mais velhos, lideranças, caciques e outras pessoas importantes da aldeia. Posteriormente a autora apresenta concepção antropológica de cultura como resultado da ação humana, define que as culturas estão sempre em mudança conforme a revolução da sociedade humana. Com a base da definição de vários autores, por fim entende a cultura como: a maneira de viver, de ser, de se posicionar diante das relações que se estabelecem entre as pessoas e diante dos desafios que surgem no dia a dia.

Informa que depois de contato com os não índios os povos indígenas são obrigados a adaptar o novo modelo de vida dentro da sociedade envolvente, do mesmo sentido, o Povo Guarani precisa dominar a língua portuguesa como a forma de escrita ou oralmente para facilitar a convivência com os não índio e também comunicar com outras etnias indígenas. Nesse sentido a escola surgiu primeiro como a forma de sobrevivência do povo e hoje os professores trabalham na escola na perspectiva de valorização e a revitalização da cultura, valorizando as pessoas da aldeia e pensando na alternativa de sustentabilidade do povo ou seja o documento da escola propõe a educação diferenciada e intercultural.

As discussões curriculares e também as metodologias utilizadas em sala de aula são feitas nos encontros de formação dos professores, o curso de formação de magistério

diferenciado acontecido no ano de 1996 a 1999 que levou a discutir as seguintes problemáticas na educação do Povo Guarani:

- 1) Os aspectos sócio-político-econômico, culturais e ambientais do povo;
- 2) As relações com outros povos indígenas e com a sociedade regional e nacional;
- 3) O projeto de educação diferenciada, intercultural e bilíngue.

Na Constituição Federal de 1998, garante o respeito às línguas maternas e aos processos próprios de aprendizagem e no artigo 210 § 2º “o ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada as comunidades indígenas e também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Portanto, o texto tratada importância da construção do currículo que deve contar com a participação da comunidade para assim inserir no currículo os interesses de todos e todas. A formação dos professores Guarani baseia-se nos temas problemáticos que são discutidos em reuniões para o planejamento das atividades a serem desenvolvidos em sala de aula juntamente com técnicos da SEDUC e da SEMED.

Em relação à experiência do povo Guarani/Kaiowá, a autora discute o processo de construção de educação escolar do Povo Guarani Kaiowá do estado de Mato Grosso do Sul. A professora indigenista registra o momento de encontro de professores e lideranças indígenas Guarani Kaiowá realizado no ano de 1991, onde os participantes determinaram o desenho da escola indígena para suas comunidades. Eles deixam muito claro que querem uma escola que seja do modelo indígena, próprios índios sejam os professores que falam a língua, o currículo deve ser construído por eles mesmos de acordo com a realidade do povo, respeitando os costumes e tradições do povo:

[...] A nossa escola deve ensinar o *Ñande Reko* (nosso jeito de viver, nossos costumes, crenças, tradição), de acordo com nosso jeito de trabalhar e com nossas organizações. Os currículos devem respeitar os costumes e tradições das comunidades GK e devem ser elaborados pelos próprios professores junto com as lideranças e comunidades. Os professores GK devem ter uma capacitação específica. As escolas GK devem ter seus próprios regimentos... Que as iniciativas escolares próprias das comunidades GK sejam reconhecidas e apoiadas pelos municípios, estado e união. (CASARO, 2010, p. 1).

Assim, o texto de Adir Casaro, reúne um conjunto de falas e reflexões sobre como os indígenas Guarani Kaiowá pensam a escola e sua preocupação com o que deve ser ensinado. Ela conclui afirmando que é preciso continuar produzindo conhecimentos mas sem deixar de lado os conhecimentos tradicionais, que: “[...] que garantem a diferença e têm como horizonte o futuro de suas comunidades, do fortalecimento de suas identidades e da construção de ferramentas objetivas e

subjetivas de autonomia e emancipação dos povos indígenas enquanto cidadãos, no contexto da sociedade brasileira [...]” (p. 15).

Portanto, o Currículo na escola indígena de acordo com as experiências apontadas deve ser diferenciado porque a escola também é diferenciada. Observamos que a ideia de construir o Currículo Intercultural surgiu em processos de formação de professores, isso mostra como é importante preparar, qualificar o docente para que ele ou ela aos poucos compreenda o que é necessário para a sua escola ou comunidade. Observamos também como o Currículo que é pensado para estas realidades representa identificações com os contextos destes povos.

IV – Descrição e análise da proposta curricular da Escola Estadual de Ensino Básico Zarup Wej Anexo I: ela atende as demandas da comunidade indígena?



Imagem 3 – Escola Estadual de Ensino Básico Zarup Wej Anexo I – APIZ (2011)

Do ponto de vista metodológico, o trabalho foi desenvolvido da seguinte forma: no primeiro momento trabalhamos com a pesquisa bibliográfica, fizemos as leituras e fichamentos. Depois, veio a etapa do trabalho de campo que foi realizado aproximadamente no período de julho de 2014 a maio de 2015 na Terra Indígena Zoró. Realizamos as entrevistas na língua Panyjeje com 03 (três) pessoas da comunidade: Benamor Dabyt Zoró, Manoel Tuatjut Zoró e a Luana Niganzyp Zoró sobre o que é currículo, o que pensam a respeito daquilo que a escola ensina - se é importante inserir os conteúdos culturais juntamente com os conteúdos ocidentais, se a escola atende aquilo que a comunidade deseja.

O primeiro colaborador da pesquisa foi Benamor Dabyt Zoró, meu pai, na cidade de Ji-Paraná, na Associação do Povo Zoró. Ele foi escolhido porque é uma das lideranças que participou ativamente da construção da proposta curricular da escola e participa da discussão das políticas dos povos indígenas, nasceu em no município de Aripunã, estado do Mato Grosso em 21 de maio de 1946, filho de Iwedjap Zoró (pai) e Bekit Zoró (mãe).

Depois quem foi entrevistado foi Manoel Tuatxut Zoró, na aldeia Escola Zawã Karej Panyjeje. Ele foi escolhido porque é a liderança que participa das discussões e políticas indígenas e é também o orientador da cultura na escola, nasceu em Aripunã também no Mato Grosso no ano de 23 de abril de 1959, seu pai foi Tipitut Zoró e sua mãe, Mandin Zoró.

A terceira colaboradora da pesquisa foi minha irmã Luana Niganzyp Zoró, mulher que participou e participa da vida da escola como funcionária e como mãe de estudantes. Nasceu em Rondolândia-MT no ano de 15 de novembro de 1972, seu pai é Benamor Zoró e sua mãe, Marina Zoró.

Após a coleta destes dados, analisamos o referido material dando prosseguimento ao trabalho acadêmico. Na pesquisa documental analisei a proposta oficial Curricular da escola, o que está no documento, procurando aproximações com as falas dos sabedores indígenas, o que diz a legislação, o que falam os teóricos e o que aponta a prática pedagógica procurando entender assim se Currículo leva em considerações às demandas do povo.

4.1 – O Currículo Intercultural Zoró na visão de Manoel Tuatxut Zoró



Imagem 4 - Manoel Tuatxut Zoró – Agnaldo Zawandu Zoró (2015).

Anguj tapua ka unga dá, eka unga zawijaj na jãwe ká. Enekuj tunga ana tuta tujawe ká, tujawe andyt tunga zawijaj ej na kia, tuparej xipuna maj na tunga gyja pé mangaj nã, ena mãj tuj zawijaj jej mena tujawe ká, jun we ixu manga karea, ane Bubuyrej sawijaj tere um anga kia, ena tunga tuta tujawe ká. Ebu panga Tuatjut ra ungaja, jalaj kue mi panga Manoel wa ungaja. Am unga wemi tere cuuriculua mene kaja, pambare um jannde mene ka unga bere kala té we kaja. Enekuj unga pambare kaj te pama escola as pama kuba kiná tetea, busyt we kaja budea jalaj pare kaj ki pambare kaj kia tea, enekuj panga ajyt busyt wekaj te pangubé kalá, busyt weta pansande mene ká te buga, jalaj pare ta asali te bywej jaba pambare kaj akuba pangena, ajyt de wujirej as wemi jap manga bebekut sep mi kia, andaraj ena teama ej epia, ete de wanzej as wemi abat managa kia, am tanga wemi adu manga, ini manga em tea, ena mene ka panga alej makuba escola jaba ena mene kaja mene kalá, bekã ka alej jabá ama kuba jap maki kaja pangena⁹.

Com o objetivo de valorizar a língua indígena e por este trabalho se constituir em um formato intercultural, alternamos o relato de Manoel Tuatxut Zoró, que será apresentado inicialmente em Pangyjej acompanhado da tradução em português. Ele mora na aldeia Anguj Tapua, onde atua como liderança. Explica como é que se organizam, ou seja, cada aldeia tem uma liderança para organizar a sua comunidade. Afirma que não sabe bem o que é o currículo, pois é um termo que não existe em nossa língua, mas ele sabe indiretamente, pois falou que a escola ensina as coisas da nossa cultura, para que assim os alunos não aprendam só as coisas do branco, mas que aprendam as duas coisas, isso é muito importante.

Falou que tem muitas coisas da cultura Zoró que o jovem não sabe, hoje, por exemplo, disse que o jovem não sabe fazer a flecha, fazer a ponta de flecha enfeitado com o pelo do catete, cocar e outras coisas, as mulheres também não sabem fazer um paneiro e rede, por isso que a escola trabalha dessa forma para eles aprenderem as coisas da nossa cultura fazendo na prática, por isso os homens vão no bekã fazer a flecha.

Un mã alej ta ã ecola Zawã karej mangé kajpá, un ki ema papa ki maej kia majã ena tumá we kaj pá me kabia, awe ijala tunga tupá ma tigi me kabia lia. Ate unga ena te tuja we kaj pa zawijajej kaj kina mene ta, tuna kubap a kala tunga tuma zawijaj jej kaja, enkukuj tmá zap tere wate tunga we kalá lia ta kaja pasap mi te tunga a abi sep mangalia tuma takaja, é tauma we mamba eká am tuma pasap tesa akumba panzygya ji kinã mena tá, tupereka te tunga ajyt zap tagá sabe kalá aná, we pire um pasap jande ajyt mene ká, ali de pasap sa asuri ena té kia, busyt kawu kaki ki bajbibirip kawu ka kia te angena asuria, ebu panga panganju te a sep maki ena tea. Jalaj ma tupereambakata tupere kalap ka we manga enatea.

Ele foi uma das lideranças que participou da discussão e elaboração da proposta de criação da escola como ia ser a escola Zawã Karej, foi ele, meu pai e outras lideranças que lutaram para ter essa escola. Falou que quando morrer vai deixar essa escola para a nova

⁹ Entrevista coletada em mês/ano por Agnaldo Zawandu Zoró.

geração. Lembra que quando falava para as autoridades dizia que queria a escola para nossas crianças no formato de maloca com cobertura de palha. Para ele isso foi um erro, pois o que está sendo discutido hoje, é que a comunidade não quer mais a escola com cobertura de palha porque a cada 2 (dois) ou 3(três) anos tem que trocá-la e para fazer isso não tem a palha, por isso querem uma escola de material concreto, mas existem ainda as malocas com cobertura de palha.

Tupygej kusep tigim a kala tunga tete tumena takaja am tumã pambare kaj te panzena pamakuba ena te atuma tupereta, ebu panga ajyt panzande pambaare ma u mene ka paamakube kala we kaja, ena mene ka jalaj mena ena man ka tupereambakatá. Am unga mawe sut tere ikini alej makube kaja gyja alej saba we makia tete banga alej kala, awulu alej saba âte pangusep tinge sa kia mene ká, ena mene ka unga am talej sena wesut na te alej et we manga pangabi kiná pangaja alej kaj eweka. We parat tere na tunga alej ikini alej supup sawulunde aku sep tingi mene ka nalia. Ebu tunga jina palia te panuj panbygej pare manga kina akaliriki alej sande mene ka, terena alej kaja, enekuj bu panzena am akuba tasande māj saba akube ka aparej we ma ua mene kala pua, pagaj te balej angena pé maki eweka. Enate panga ã pama kubap a sut sande mene ka zap taga a parat kalá, jalaj para pere mi man a kalá, bajkyp ap kala pangena byweej kusep tingim ap nã, ungetpa unga pama kubat sande pawire na man a ka pé maki mene ká, bej ka ena tea.

Para este colaborador, ele informa que na elaboração da parte técnica – escrita e conhecimento não indígena, foram os nossos assessores que fizeram, disse que o que ele queria era uma escola para as crianças estudarem como não índio: “[...] Naquela época não sabíamos que a nossa cultura tinha muito valor que ia se enfraquecer, eu acho que os assessores já sabiam disso, falavam para nós que tinha que ser desse jeito ai nós concordávamos dando força na hora de falar com as autoridades e foi assim que conseguimos essa escola. [...]”.

Sobre reclamações em relação à prática no ensino da escola Manoel Tuatxut Zoró disse que não tem nada a dizer, só lamenta quando os alunos não vêm para a escola, disse não entender isso, a razão da ausência, por isso que ele diz para eles que tem que valorizar essa escola porque foi muito difícil para conseguir: “[...] Era muito bom se todos os alunos viessem para a escola e para quando eles se formarem a gente vê o resultado do nosso trabalho e para ficarmos contentes e também trabalhar na própria comunidade não deixando de lado. [...]”. Outra questão que na sua visão precisa melhorar é construção de mais sala de aula com material de concreto, além do que existe porque falta mais sala de aula, pois é triste vê o professor dando aula no refeitório e até para fora por isso é preciso ampliar a escola¹⁰.

¹⁰ A escola Zarup' wej Anexo I tem apenas duas salas de aula para atender o ensino fundamental e médio, funciona manhã e tarde.

4.2 – O Currículo Intercultural Zoró na visão de Benamor Dabyt Zoró

O colaborador Benamor Dabyt Zoró é também liderança indígena Zoró. Mora na aldeia Bubyrej onde atua como cacique. No seu entendimento sobre currículo Intercultural diz que é o ensino (estudo) dos alunos, quando criou a escola ele não sabia o que era intercultural na época o objetivo era criar escola dentro da nossa área para os jovens da nossa etnia, para que eles pudessem estudar e aprender a língua e estudos dos brancos. O objetivo era criar a escola, os brancos também davam força para criar a escola, que as crianças e jovens indígenas precisam estudar e aprender.



Imagem 5 - Benamor Dabyt Zoró – Agnaldo Zawandu Zoró (2015).

Fala que mesmo sem saber o que é estudo eles continuaram lutando para criar a escola, não entendiam nada de estudo, segundo ele quem colaborava com a ideia eram os assessores brancos falando explicando o que é estudo e aprovavam o que estava de acordo. Hoje tudo que eles aprovaram na época é praticado na escola. Naquele tempo que foi feito o documento da escola não pensaram de maneira alguma que a escola ensinasse as práticas culturais do povo, o que eles queriam era para os jovens estudarem e aprender o estudo dos brancos, a gente nunca pensou na cultura do povo, nunca imaginou que os jovens quando aprendem só o estudo dos brancos esquecem a cultura. Hoje na escola é muito bom porque mesmo sem saber a importância do estudo da cultura ela é praticada dentro da escola, que os não índios contribuíram com as ideias.

Onde o documento [PPP] fala que os alunos praticarão e estudarão sim sua cultura, ele acha que isso é muito bom, porque quando os alunos só estudam e aprendem somente estudo

dos brancos praticamente esquecerão a cultura e língua do povo, lembra que hoje tem muito exemplo de alguns parentes de outros estados do país não falam mais suas línguas. Quando a História e a língua do povo é escrita não tem risco de se perder, escrever a história é muito bom na opinião dele para manter a cultura viva.

[...] Hoje na escola é muito bom porque mesmo nós sem aprovar o estudo da nossa cultura e praticar dentro da escola, os brancos colocaram no documento da escola que sim os alunos praticarão e estudarão sim sua cultura, eu acho que isso é muito bom, porque quando os alunos só estudam e aprendem o estudo dos brancos nós praticamente esquecerão a nossa cultura e língua, hoje temos muito exemplos alguns dos nossos parentes dos outros estados não falam mais em suas línguas.

Antes de criar a escola às lideranças se reuniam para discutir o local, o local escolhido foi aldeia Zawã karej depois de escolher a sede começaram a trabalhar limpando o local. A ideia de criar a escola dentro da área foi porque os jovens saíam da aldeia para estudar na cidade, foi por esse motivo que pensaram criar a escola dentro da área. Quem deu a ideia de criar a escola na área foi ZAWYT, MANUEL, ZAP AP e ele DABYT, foram os primeiros a pensar a criação da escola dentro da área, o primeiro mesmo foi o ZAWYT.

O que queriam era só o estudo dos jovens, mesmo sem saber o jeito de funcionamento da escola, por isso os brancos faziam o documento do jeito de funcionamento porque não sabiam como funcionava a escola, às vezes eles nos perguntavam se queriam que os jovens estudassem a cultura e língua ou somente o estudo dos brancos eles. Sem entender nada perguntava a eles de que forma queriam a escola e respondiam para eles para poderem fazer do jeito que é funcionamento da escola e assim é que eles fizeram o documento, também os assessores falavam, que é importante estudar cultura, língua, também a cultura dos não índios.

[...]. O que a gente queria e só estudo dos jovens mesmo sem saber o jeito de funcionamento da escola por isso os brancos faziam o documento do jeito de funcionamento porque nós não sabemos como funcionava a escola, as vezes eles nos perguntavam para nós se vocês querem que os jovens estudam sua cultura e língua ou somente o estudo dos brancos eles nos perguntavam e nos sem entender nada falávamos para eles e vocês e que fazem do jeito que é funcionamento da escola e assim e que eles fizeram o documento, eles também nos falavam, o melhor jeito e estudar sua cultura, língua e também a cultura dos não índios.

Hoje os professores trabalham do jeito que a comunidade queria que eles ensinassem os alunos. No início do funcionamento da escola quando percebiam que os alunos trabalhavam ou praticavam as coisas da nossa cultura, se perguntavam: será que criamos esse

modelo de escola para os nossos filhos? É desse jeito mesmo? Hoje que foi explicado que a educação escolar dos povos indígenas é da forma diferenciada, achava que escola só era o local de estudo, mas não pensava que a escola era estudo de todas as coisas como cultura e muito mais. Hoje entende que a maneira de estudar duas culturas é importante.

O que acha um pouco ruim é a quantidade dos dias das aulas o que ele queria é os alunos estudassem durante o ano inteiro¹¹, porque acha que com esse período eles aprendem muito mais coisas. Faz uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido pelos professores indígenas, se trabalham com orgulho do seu povo ou se trabalham pelo dinheiro. Fala que toda vez que perguntam do dinheiro fica imaginando: eles trabalham só para ganhar dinheiro ou eles trabalham para ensinar os alunos? A coisa certa seria trabalhar pelo ensino dos alunos não pelo dinheiro. Ele faz essa pergunta a partir da experiência com outros povos onde os professores só trabalham pelo dinheiro não pelo seu povo, por isso deixa essa mensagem para os professores trabalharem pelo povo, não muito pelo dinheiro. Tem alguns que falam que escola indígena é fraca comparando com a escola dos brancos, ele pensava isso também mas depois que viu a escola urbana onde ensina da mesma forma, arrependeu por ter falado isso, acha que a qualidade do ensino da cidade é um pouco diferenciada que a nossa, mas depende também dos professores pensarem a qualidade do ensino para melhorar mais.

4.3 – O Currículo Intercultural na visão de Luana Niganzyp Zoró



Imagem 6 - Luana Niganzyp Zoró – Agnaldo Zawandu Zoró (2015).

¹¹ Possivelmente uma crítica ao modelo da alternância, pois os estudantes ficam 15 dias na escola e 15 dias na comunidade.

Ela fala um pouco de sua experiência na escola. Atua como funcionária, na condição de merendeira, há 9 (nove) anos. Seus filhos também estudam lá. Ao mesmo tempo em que desenvolve seu trabalho, aproveita a oportunidade para acompanhar seus estudos. Informa que outros de seus filhos já concluíram sua escolarização, mas não soube avaliar se de fato aprenderam o que era preciso aprender:

Eu falo para esses que estão estudando agora para aproveitarem muito os estudos deles para aprender bem, aprender a língua portuguesa e a cultura do seu próprio povo não quero que eles estudem só as coisas do branco, se não esquecem a cultura do povo, por isso é bom estudar as duas culturas quero que os professores ensinem bem e tenham compromisso de ensinar a eles para formar um bom cidadão da comunidade, eu não quero isso só para os meus filhos eu quero que todos alunos desta escola estudem bem e se formem para trabalhar com a comunidade.

É possível perceber que ela valoriza a escola e enfatiza a importância de seus filhos e os demais estudantes aprenderem um pouco sobre os dois mundos – o indígena e o não indígena. Destaca a importância e a necessidade da educação para as mulheres ao explicitar o desejo que tem sobre a escolarização de suas filhas, antecipando talvez grandes modificações na cultura que é a entrada do estudo na vida das mulheres e não apenas só o casamento e a maternidade:

Eu quero que as minhas filhas estudem muito ainda e que aprendam mesmo, não quero que tenham problemas com elas aqui na escola, não quero que elas namorem ainda enquanto não terminam os estudos delas, só quando concluir todo o estudo delas, [pois] quando casam não tem mais interesse de estudar, outros que casaram não quiseram mais saber de estudar, por isso não quero isso para as minhas filhas. A outra filha minha casou e não quis mais saber de estudar.

Por fim, conclui, destacando a importância do que é para o Povo Zoró ter sua Terra demarcada e homologada, a implantação da escola, lutas significativas travadas pelos antepassados. Afirma que o desafio agora é o bom trabalho didático na perspectiva intercultural, ou seja: “[...] que a escola ensine as duas culturas e isso tem que ser respeitado, a boa aprendizagem depende muito também dos professores, eles tem que ensinar bem os nossos filhos para serem boas lideranças na comunidade”. Atualmente evidencia que tem que ser pensado o protagonismo das mulheres Zoró, porque na maioria das funções só os homens estão à frente dos processos, é preciso que as mulheres tenham oportunidades de sair e atuarem em funções importantes para o grupo.

4.4 – O Currículo Intercultural Zoró: análise da proposta



Imagem 7 – Os Zoró preparando mudas de mandioca para plantar na roça comunitária.
Crédito: Lars Lovold (1981)¹²

O Currículo Intercultural do Povo Zoró foi implantado em 2009. Surgiu a partir da necessidade prevista no planejamento estratégico de que era preciso instalar uma escola e com ela uma discussão sobre os conteúdos de aprendizagem.

Neste tópico apresentaremos a descrição e a análise da Proposta Curricular da Escola Anexo I. Iniciarei pelo documento: “O Terceiro, o Quarto e o Quinto Ciclos do Ensino Fundamental” que trata dos seis últimos anos do Ensino Fundamental, na Aldeia-Escola Zoró, e que estão organizados em 3 ciclos de ensino. Estabelece que o Terceiro, Quarto e Quinto Ciclos do Ensino Fundamental:

[...] os conteúdos das diferentes áreas de ensino objetivam desenvolver nos alunos as capacidades intelectuais, o pensamento autônomo, a construção da própria identidade e a consciência crítica, para que possam compreender e participar ativamente dos processos socioculturais da sua comunidade, dando continuidade aos seus estudos. Nesses ciclos, a ação pedagógica possibilita desenvolver no aluno uma forma de entrar em relação com o conhecimento enfatizando a curiosidade, o questionamento e a reflexão.

De acordo com a proposta estes três ciclos completarão a formação do Ensino Fundamental, integrando o estudante Zoró em um universo crítico e reflexivo, onde os objetivos apresentados dialogam com os objetivos estabelecidos pela LDB, nº 9394/1996 para o Ensino Fundamental que indicam elementos para se pensar o Currículo inclusive o Currículo Intercultural.

O quadro abaixo sintetiza as principais questões que mobilizaram este estudo na medida em que buscam aproximações e distanciamentos entre as reflexões apresentadas pelos

¹² ZORO. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <http://img.socioambiental.org/v/publico/zoro/> Acesso: 1º/05/2015.

sabedores indígenas e a sistematização materializada no documento, o Projeto Político Pedagógico e seu principal elemento, o Currículo Intercultural:

PROCESSOS EDUCATIVOS NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO BÁSICO ZARUP WEJ ANEXO I: UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO			
Palavras-chave (categoria)	Lideranças indígenas	Projeto Político Pedagógico - PPP	Prática Pedagógica
Interculturalidade	<p>E sobre o currículo eu não sei exatamente o que é, mas sei que a escola ensina as coisas da nossa cultura, para os alunos não aprender só as coisas do branco, aprender as duas coisas é muito importante. (Manoel Tuatxut Zoró).</p> <p>[...] a gente nunca pensou em estudar as duas coisas - o estudo dos brancos e a nossa cultura, agora que entendemos isso estamos achando as duas coisas melhor são as duas maneiras melhores na nossa vida nos dias de hoje. (Benamor Dabyt Zoró).</p> <p>[...]. Eu falo para esses que estão estudando agora para aproveitarem muito os estudos deles para aprender bem, aprender a língua portuguesa e a cultura do seu próprio povo não quero que eles estudem só as coisas do branco, se não esquecem a cultura do povo, por isso é bom estudar as duas culturas. [...]. (Luana Niganzyp Zoró).</p>	<p>[...] a educação Zoró tem como objetivo primeiro a conservação de suas tradições. Na educação escolar Pangyjej, as metodologias inovadoras e adequadas considerarão os modos próprios de transmissão dos saberes tradicionais Pangyjej. Também serão incluídos conteúdos curriculares propriamente indígenas, que levem em consideração o modo de vida, o conjunto de saberes e procedimentos culturais milenares do povo Zoró, articulados ao conjunto de saberes universais. Assim se pretende instituir o caráter intercultural, crítico, solidário e transformador da escola indígena. (PPP, 2009, p. 21).</p>	<p>Entendemos que há uma correspondência entre a afirmação das lideranças indígenas, o Projeto Político Pedagógico da escola Zarup Wej e o trabalho pedagógico realizado. Em sala de aula, por exemplo, como professor responsável pela disciplina Língua Pangyjej estou trabalhando o tema adjetivo, onde copio e explico o conceito deste termo em língua portuguesa e depois faço a tradução em Língua Pangyjej. No decorrer da aula, dou exemplos, a explicação o tempo inteiro em nossa língua materna.</p>

<p>Cultura</p>	<p>“[...] Na época que foi feito o documento [PPP] da escola a gente nunca pensou praticar ou estudar nossa cultura na escola, o que queríamos mais na época era que os jovens estudassem e aprendessem o estudo dos brancos, a gente nunca pensou na nossa cultura, nunca imaginamos que os jovens quando aprendessem o estudo dos brancos iam esquecer a nossa cultura. (Benamor Dabyt Zoró).</p> <p>Tem muitas coisas da cultura Zoró que o jovem não sabe. Hoje o jovem não sabe fazer a flecha, fazer a ponta de flecha enfeitada com o pelo do catete, cocar e outras coisas... As mulheres também não sabem fazer um paneiro, rede, por isso que a escola trabalha dessa forma para que eles aprendam as coisas da nossa cultura fazendo na prática, os homens vão no bekã fazer a flecha. (Manoel Tuatxut Zoró).</p> <p>[...] sim os alunos praticarão e estudarão sim sua cultura, eu acho que isso é muito bom, porque quando os alunos só estudam e aprendem o estudo dos brancos praticamente esquecerão a nossa cultura e língua. Hoje temos muito exemplos, alguns dos nossos parentes dos outros estados não falam mais em suas línguas. Quando escrevemos a nossa história, a nossa língua e cultura nos livros a gente jamais esquecerá a nossa tradição, isso é muito bom em minha opinião, isso manterá nossa cultura em toda vida do povo. (Benamor Dabyt Zoró).</p> <p>[...]. E na elaboração da parte técnica foram os nossos assessores que fizeram para nós, a gente só queria uma escola para as nossas crianças estudar como não índio. Naquela época não sabíamos que a nossa cultura tinha muito valor que ia se enfraquecer, eu acho que os assessores já sabiam disso, falavam para nós que tinha que ser desse jeito, aí nós concordávamos dando força na hora de falar com as autoridades e foi assim que conseguimos essa escola. (Manoel Tuatxut Zoró).</p>	<p>A modalidade da Aldeia-Escola inaugurou o eixo temático território, cultura e língua. [...] A aldeia-escola é um espaço educativo que procura reproduzir as condições tradicionais de vida do povo Zoró, possibilitando a prática das atividades próprias de sobrevivência: a caça, a pesca, a coleta, os roçados comuns. Além de conservar a pedagogia tradicional Pangyjej, estas práticas são necessárias para promover a sustentação da escola, bem como para manter os padrões tradicionais de sobrevivência, ao mesmo tempo em que terão acesso a novas técnicas de uso do meio com a introdução de práticas de produção agroecológicas e extrativistas. [...] (PPP, 2009, p. 72).</p> <p>Toda a fundamentação da escola gira em torno do eixo território, cultura e língua. É sobre esse eixo temático que se deve organizar e dirigir a escola indígena, de acordo com o planejamento do próprio povo indígena rumo à sua autodeterminação e ao seu projeto de futuro que promove o desenvolvimento sustentável em seu território. (PPP, ano, p. 18).</p> <p>[...] A linguagem é um dos principais elementos da cultura e sua aprendizagem é contínua, o vocabulário vai sendo enriquecido com o passar do tempo. Os anciãos, registros vivos da língua, vão ensinando a partir do momento em que os indivíduos vão sendo incorporados ao grupo, com uma série de reservas e restrições. Às vezes, um diálogo entre <i>pandet kyj</i> (velhinhas) pode não ser compreendido pelos jovens, em função do nível de refinamento da linguagem e da pouca convivência com os mais velhos. A estratificação da aprendizagem se evidencia no fato de existirem palavras que são proibidas aos jovens pronunciar, como as relacionadas à sexualidade. (PPP, 2009, p. 21).</p> <p>A educação escolar indígena a ser oferecida na TI Zoró está consubstanciada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (Parecer 14/99 CNE/CEB). [...] Todas as etapas e modalidades de educação escolar procurarão ao máximo aproximar-se dos modelos tradicionais dos Zoró de transmitirem seus conhecimentos milenares, conservando-os para garantir sua sobrevivência cultural e preservar sua memória ancestral. (PPP, 2009, p. 19).</p>	<p>A valorização da cultura Zoró se evidencia no Currículo, na sala de aula em várias disciplinas, como por exemplo, nos seguintes componentes curriculares:</p> <p>Extrativismo – atividade coordenada pelo Prof. Jair Betara, com ida ao campo para a identificação de árvores frutíferas que em seguida foram plantadas no pátio da escola.</p> <p>Tecnologia Indígena – a professora Cristiane desenvolveu um estudo em turmas de 1º, 2º e 3º ano do ensino médio sobre o pilão, objeto eu era confeccionado a partir do machado de pedra e como é feito na atualidade. Antes era trazido no ombro e hoje vem através de transporte. A atividade foi toda vivenciada na prática como no tempo de antigamente: aos homens cabia a parte de cortar a madeira e trazer, às mulheres tinham a tarefa de fazer o miolo queimando até o buraco ficar pronto.</p>
-----------------------	---	---	--

<p>Pedagogia da Alternância</p>	<p>[...]. O que eu acho um pouco ruim são os dias das aulas o que eu queria é que os alunos estudassem durante o ano inteiro, porque eu acho que com esse período eles aprendem muito mais coisas.[...].</p>	<p>A proposta político-pedagógica da Aldeia-Escola consiste na organização da escolarização em espaços e tempos diferenciados. (PPP, 2009, p. 73). [...].</p> <p>A partir do 5º ano do Ensino Fundamental a educação escolar indígena Panyjeje passará a ser ofertada na Aldeia-Escola até a conclusão do Ensino Médio. O aluno deixará o ambiente estrito de sua aldeia e passará a viver a educação em alternância, na qual fica um período do mês em sua aldeia de origem, aprendendo no contexto das práticas tradicionais indígenas com a sua família e a comunidade de sua aldeia – as Sessões de Aplicação dos Estudos; no outro período o aluno estudará na Aldeia-Escola, através de atividades orientadas a partir da Base Curricular Nacional Comum, da Parte Diversificada e das Atividades de Aplicação – as Sessões Escolares.[...]. (PPP, 2009, p. 22).</p>	<p>A Pedagogia da Alternância inspirada em modelos de educação do campo acontece na Escola Zarup Wej, ou seja, de forma alternada os estudantes ficam 15 dias na escola e 15 dias com a família. Por exemplo, nas sessões escolares trabalhei com o conteúdo lixo e solicitei como tarefa o levantamento do tipo de resíduo sólido produzido na aldeia. Observo que alguns estudantes não fazem o que foi solicitado, talvez daí venha a crítica da liderança indígena.</p> <p>Vale ressaltar que os instrumentos de ensino-aprendizagem previstos no PPP, tais como: Estudo de Meio, Pepa né (na língua Panyjeje, momento de partilhar experiências), caderno da realidade, visita de estudo, intervenções externas, atividades de retorno e o caderno de alternância, não são utilizados no</p>

		As sessões escolares terão um mínimo de 140 dias letivos e as sessões de aplicação terão um mínimo de 60 dias de trabalho escolar, obedecendo a legislação vigente que fixa um mínimo de 200 dias letivos e de 800 horas anuais, respectivamente. (PPP, 2009, p. 73).	cotidiano. Assim, talvez a escola Zoró esteja construindo outra proposta de Pedagogia da Alternância diferente daquela vivenciada nas escolas do campo, o que exige um maior aprofundamento.
Gênero	[...]. Eu quero que as minhas filhas estudem muito ainda e que aprendam mesmo, não quero que tenham problemas com elas aqui na escola, não quero que elas namorem ainda enquanto não terminarem os estudos delas, só quando concluir todo o estudo delas, [pois] quando casam não tem mais interesse de estudar, outros que casaram não quiseram mais saber de estudar, por isso não quero isso para as minhas filhas. A outra filha minha casou e não quis mais saber de estudar. [...]. (Luana Niganzyp Zoró).	<p><i>Wanzet</i> – designação genérica para a mulher, independente da idade.</p> <p><i>Wanzeriryt</i> – menina dos 10 anos até a primeira menstruação (Continua se aprimorando nas mesmas atividades da <i>byp</i>, até a sua primeira menstruação. Quando tem a primeira menstruação ela conta para a mãe. A mãe coloca a filha numa casinha construída especialmente para viver por um período no qual ela fica sentada na esteira, aprendendo a fazer colares e tecer algodão).</p> <p><i>Wanzerit</i> – menina depois da primeira menstruação até casar.</p> <p><i>Wanzet</i> – mulher depois de casada (depois de casada a mulher não depende mais de ninguém na sua aprendizagem, já está preparada para ter filhos e ensinar eles da mesma forma como foi ensinada e já pode ser chamada de <i>pandet wanzet</i> pelas pessoas mais jovens que ela. Quando já não está tendo mais filhos, pode ser chamada de <i>pandet kyj</i>).</p> <p>As exigências da vida adulta começam mais cedo na vida da mulher, logo após a primeira menstruação as meninas são requisitadas para o trabalho doméstico, começam a aprender com a mãe suas tarefas; nesse período tem uma aproximação maior com a mãe e começa a dar o retorno de sua aprendizagem para a família e a comunidade. (PPP, p. 21)</p>	<p>Depois de 37 anos de contato com a sociedade não indígena, é possível observar que aconteceram muitas alterações culturais no modo de vida do Povo Zoró. Neste sentido, em relação ao comportamento das mulheres, observamos que as designações permanecem para informar grupos de diferentes idades. No entanto, quanto ao ritual de reclusão não há mais este costume.</p> <p>Assim, na prática exclusivamente tradicional o papel da aprendizagem da mulher referia-se ao casamento e a maternidade. Após o contato e na atualidade isso vem mudando. A fala de Luana Niganzyp Zoró reflete isso, pois sua preocupação é com o estudo de suas filhas, inclusive coloca que prefere que elas não namorem até concluir a escolarização, pois sabe que as obrigações do casamento e o cuidado com os filhos acabam fazendo com que a mulher pare de estudar.</p>
Autonomia	[...]. Hoje temos a escola na nossa área os nossos pais já conseguiram para nós, agora é só querer, porque temos tudo pronto, eles já colocaram no documento que a escola ensine as duas culturas e isso tem que ser respeitado, a boa aprendizagem depende muito também dos professores, eles tem que ensinar bem os nossos filhos para serem boas lideranças na comunidade. [...].	Contribuir para a efetivação da autonomia e autodeterminação do povo indígena Zoró, a partir de seus projetos históricos, desenvolvendo novas estratégias de sobrevivência física, linguística e cultural, no contato com a sociedade envolvente. (PPP, 2009, p. 23).	Desde o início das atividades da escola, aos poucos os professores indígenas passaram a ocupar o espaço da sala de aula e aliado a isso, a elaboração do Projeto Político Pedagógico, conquistas que em muito contribuirão para a autonomia da escola.

O trabalho desenvolvido permitiu que pudéssemos compreender que mesmo sem ser especialista em Currículo, a comunidade sabe o que deve ser ensinado na escola. Os diálogos com os sabedores indígenas Manoel Tuatxut Zoró, Benamor Dabyt Zoró e Luana Niganzyp Zoró possibilitaram aprofundar nosso entendimento sobre Currículo.

Confirmamos com Tomás Tadeu da Silva (2011) que o Currículo é processo, não é estático, não fica parado, ele se movimenta, muda ao longo do tempo de acordo com o pensamento do povo. No início da criação da proposta curricular, pouco depois da instalação da escola indígena, os sabedores queriam a escola para ensinar os mesmos conteúdos do “branco”, não avaliavam que era importante também ensinar elementos da cultura Zoró. Isso mudou. Atualmente eles defendem que os dois conteúdos são importantes, ou seja, do jeito que sabem dizer, afirmam a importância da Educação Intercultural e decorrente disso, do Currículo Intercultural.

A sabedora Luana ao destacar o resultado das lutas passadas – a demarcação e homologação da Terra Indígena e com ela a implantação da escola, aponta como pauta da luta atual a defesa pela manutenção do território e o aperfeiçoamento da escola. O diferencial de sua fala em relação aos outros dois colaboradores é a necessidade da ampliação do papel das mulheres em espaços de importância na vida do Povo Zoró, a questão de gênero apontada nas teorias do Currículo de perspectiva pós-crítica (SILVA, 2011), sendo que no PPP as atribuições das mulheres aparece apenas na perspectiva tradicional referente ao casamento e a maternidade.

A articulação teoria e prática, possibilitadas pelas leituras me ajudaram a entender melhor a relação entre Currículo e Identidade (SILVA, 2011). De igual modo pude perceber nas falas dos sabedores estas palavras quando se preocupam com o que a escola deve ensinar, o tempo que é gasto neste processo, se é suficiente ou não, porque durante todo este período identidades estão sendo construídas. A pergunta é: estas identidades atendem os interesses do Povo Zoró? O que os estudantes indígenas estudam fortalecem suas identidades interculturais? Questões que em parte este estudo já responde, mas que há necessidade de mais investigação para um melhor entendimento do processo.

Considerações Finais

Nossa pretensão com este estudo foi “descrever e analisar a proposta curricular da Escola Estadual de Ensino Básico Zarup Wej Anexo I no intuito de verificar se ela atende ou

não as demandas do Povo Zoró – Pangyjej”, em Rondolândia, estado do Mato Grosso a partir da perspectiva de três sabedores indígenas.

Após quase três anos de estudo envolvendo leituras e coletas de dados - entrevistas e análise documental, é possível afirmar que de forma parcial o Currículo da Escola Zarup Wej Anexo I atende as preocupações Zoró, basta observar as palavras centrais do Projeto que são mencionadas pelos sabedores indígenas participantes da pesquisa: Interculturalidade, concepção de Currículo Intercultural, Cultura e Autonomia, bem como Gênero. De igual modo, avaliamos que há proximidades com o Parecer 13 de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Em relação a metodologia, a Pedagogia da Alternância há falas que sugerem necessidade de revisão deste modelo.

Avaliamos que o currículo escolar é um documento importante para uma determinada escola, pois ele evidencia as decisões, dá direção sobre o que deve ser aprendido e ensinado, definindo o que pode ser inserido no trabalho pedagógico escolar, ou seja, conteúdos importantes que realmente tenha relação com a realidade. É necessário que seja revisto periodicamente para que os interesses e objetivos sejam atualizados e reafirmados considerando que o conhecimento está sempre mudando e de certa forma todos nós também.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 05/05/2015.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 05/05/2015.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB n. 13/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2012. Seção 1, p. 18.

CUNHA, M. I. da. **Conta-me agora!** As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. Rev. Fac. Educ. vol. 23 n. 1-2 São Paulo Jan./Dec. 1997.

GOMES, Ângela de Castro Correia; VIEIRA, Leociléia Aparecida. **O currículo como instrumento central do processo educativo: uma reflexão etimológica e conceitual**. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia/ PUCPR 26 a 29 de outubro de 2009.

LORENZONI, Cláudia Alessandra Costa de Araujo.; MARCILINO, Ozirlei Teresa. Interculturalidade na construção de um currículo de matemática para as escolas Guarani do

Espírito Santo. X Encontro Nacional de Educação Matemática Educação Matemática, Cultura e Diversidade Salvador – BA, 7 a 9 de Julho de 2010.

NASCIMENTO, Adir Casaro. **Currículo, diferenças e identidades: tendências da escola indígena Guarani e Kaiowá.** Universidade Católica Dom Bosco – UCDB/Brasil. 2010.

NEVES, Josélia Gomes. **Currículo Intercultural:** o processo de aplicação da lei 11.645/2008 nas escolas públicas da Amazônia. Disponível em: <http://www.partes.com.br/2013/05/15/curriculo-intercultural/> Acesso em: 04/05/2013.

PACHECO, José Augusto. **Currículo:** teoria e práxis. Porto: Porto Editora, 1996.

RONDOLÂNDIA/MT. **Projeto Político Pedagógico da Educação Básica Intercultural e Específica para o Povo Zoró.** 2009.

SILVA, Tomas Tadeu. **Documentos de identidade:** uma introdução as teorias do currículo. - 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ZORO. **Povos Indígenas do Brasil.** Disponível em: <http://img.socioambiental.org/v/publico/zoro/> Acesso: 1º/05/2015.